política

“O Judiciário não governa e não legisla”, diz Fachin

Ministro recebeu título de Doutor Honoris Causa da Unisinos

/ JUSTIÇA

Amanda Schultz
amandas@jcrs.com.br

FERNANDA BIGIO DAVOGLIO/ESPECIAL/JC



Homenagem, no Estado, reconheceu trajetória do presidente do STF

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, retornou ao seu Estado natal na sexta-feira para receber o título de Doutor Honoris Causa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), em cerimônia realizada no teatro da universidade, em Porto Alegre. Durante o discurso, Fachin defendeu a preservação das instituições democráticas, a independência do Poder Judiciário e o respeito aos limites constitucionais.

Após receber o título do reitor da Unisinos, Padre Sérgio Mariucci, o presidente do STF abordou em seu discurso os riscos do enfraquecimento da democracia e destacou a necessidade de uma modernização do sistema de Justiça sem comprometer suas garantias fundamentais.

Um dos pontos do discurso destacou a temática da integridade institucional. Para Fachin, uma instituição íntegra não é necessariamente aquela que nunca apresenta falhas, mas a que reconhece os erros e busca corrigi-los, mantendo a coerência entre os valores que defende e suas decisões. “A integridade não se confunde com infalibilidade. Nenhuma instituição humana é perfeita. Nenhuma organização está imune ao erro. Nenhuma autoridade possui o monopólio da razão”, afirmou.

Ao abordar a relação entre os Poderes, o ministro Edson Fachin ressaltou que a independência judicial deve ser acompanhada de responsabilidade, transparência e autocontenção. “O Judiciário não governa e não legisla. Não disputa nem deve pleitear o poder político”, afirmou. Também destacou que “a independência não autoriza arbitrariedade” e que “a convicção pessoal do julgador não substitui a Constituição”.

O homenageado também analisou experiências internacionais de erosão democrática, citando reformas institucionais no México, na Polônia e na Hungria. Segundo ele, mudanças na estrutura do Judiciário podem representar avanços, mas também podem significar ameaças à autonomia. “O Brasil precisa, sim, de uma ampla modernização do sistema de justiça”, declarou.

Outro tema abordado pelo ministro foi a segurança jurídica e sua importância para a economia e a sociedade. Fachin destacou que a previsibilidade das regras é fundamental para trabalhadores, famílias e empresas, além de contribuir para investimentos e desenvolvimento econômico. “A segurança jurídica possui também uma dimensão de justiça social. Ela não protege apenas o patrimônio. Protege a confiança necessária ao exercício da cidadania”, ressaltou.

Em relação às transformações tecnológicas, o presidente do STF alertou para os impactos da inteligência artificial e da desinformação no debate público, mas ponderou o respeito aos limites constitucionais.

61% dizem que eleições foram limpas e justas, aponta Quaest

/ ELEIÇÕES 2026

Pesquisa Quaest divulgada ontem mostrou que 61% dos brasileiros acreditam que as eleições foram limpas e justas, ante 30% que consideram que houve fraude. Não sabem ou não opinam 9%. Dúvidas sobre o processo eleitoral foram levantadas pelo senador Flávio Bolsonaro (PL), candidato derrotado no segundo turno do pleito presidencial contra Lula (PT).

Em entrevista à Folha de S.Paulo, ele afirmou que nenhum dos dois candidatos pode saber com 100% de certeza quem foi eleito presidente. Embora tenha admitido não ter provas de irregularidades, disse ter motivos para desconfiar.

O recorte por posicionamento ideológico é claro nas respostas sobre a lisura do processo. Entre os lulistas, 96% dizem que as eleições foram limpas e justas; entre os bolsonaristas, 93% afirmam que elas foram fraudadas.

Dos classificados pela Quaest como independentes, 61% afirmam que as eleições foram corretas e 22%, que não.

O TSE atestou a integridade do processo eleitoral, aprovado também por observadores internacionais. O filho do ex-presidente Jair Bolsonaro se mudou para os EUA após a derrota e a subsequente ordem de Alexandre de Moraes, ministro do STF, para cancelar os seus passaportes.

Praticamente todo mundo (89%) ficou sabendo da ida do ex-presidenciável do PL para o exterior, num percentual superior ao registrado para outras notícias, como a crise no STF envolvendo Moraes, André Mendonça e o escândalo do Banco Master (73%) ou as investigações sobre o filho de Lula (66%).

Meta diz que posts de Lula alcançaram mais pessoas

/ ELEIÇÕES 2026

A Meta apresentou uma manifestação ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na sexta-feira negando o favorecimento de conteúdos ligados a Flávio Bolsonaro (PL) na campanha eleitoral deste ano. O TSE vem pedindo esclarecimentos à empresa após a campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) apontar que os conteúdos favoráveis ao petista tinham menor alcance no Instagram.

Segundo a empresa, o conteúdo publicado pelas contas da campanha de Lula no Instagram, durante o período de propaganda eleitoral, alcançou 1,5 vezes mais pessoas no prazo de 24 horas do que os conteúdos das contas de Flávio.

Além da comparação entre contas registradas pelas campanhas no TSE, a Meta também apresentou uma análise mais ampla de contas ligadas à base governista e à oposição. Nesses casos, sustenta a Meta, o número de pessoas que visualizaram conteúdos do governo e da oposição foi quase equivalente - as visualizações de conteúdos contra Lula foram 1,13 vezes maiores do que as postagens favoráveis a Lula.

O levantamento agrupa, de um lado, as contas diretamente ligadas a Lula e aos deputados André Janones (Rede-MG) e Erika Hilton (Psol-SP); e de outro, as contas ligadas a Flávio, Nikolas Ferreira (PL-MG) e Pablo Marçal.

A Meta ainda ressaltou que não fez recomendações de nenhum dos candidatos aos usuários e que a maior parte do alcance das contas dos presidenciáveis no Instagram veio dos seus próprios seguidores.

Em nota à imprensa, a Meta ainda alegou que diferenças de alcance das postagens não implicam em favorecimento. “Elas refletem uma série de fatores, como a frequência de publicação e as estratégias digitais escolhidas”, justifica a empresa.

